



**UFRPE**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JACILENE DE LIMA LEANDRO

**“O DISCURSO SOLETRADO NO FEMININO”: O ENGAJAMENTO DE  
MULHERES NO MOVIMENTO ABOLICIONISTA NA CIDADE DO  
RECIFE (1884-1888)**

RECIFE

2020

Jacilene de Lima Leandro

“O discurso soletrado no feminino”:  
O engajamento de mulheres no movimento abolicionista na cidade do  
Recife (1884-1888)

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria Emília Vasconcelos dos Santos.

RECIFE

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

L437"

Leandro, Jacilene de Lima

"O discurso proferido no feminino": o engajamento de mulheres no Movimento Abolicionista na cidade do Recife (1884-1888) / Jacilene de Lima Leandro. - 2020.

51 f. : il.

Orientadora: Maria Emilia Vasconcelos dos Santos.

Inclui referências e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História, Recife, 2020.

1. Mulheres. 2. Pernambuco. 3. Movimento Abolicionista. 4. Ave Libertas. 5. Abolição. I. Santos, Maria Emilia Vasconcelos dos, orient. II. Título

CDD 909

---

JACILENE DE LIMA LEANDRO

**“O discurso soletrado no feminino”:**

O engajamento de mulheres no movimento abolicionista na cidade do Recife (1884-1888)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Graduado em Licenciatura Plena em História.

Recife, 28 de outubro de 2020

BANCA EXAMINADORA

---

Maria Emília Vasconcelos dos Santos  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Felipe Azevedo e Souza  
Universidade Federal da Bahia

---

Alcileide Cabral do Nascimento  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, quero agradecer aos meus pais, Joana Dark e José Célio, que sempre me incentivaram a estudar e a sonhar mais alto, além de todos os ensinamentos durante o cotidiano que nunca conseguirei agradecer em palavras.

À minha irmã Janaina que desde sempre acreditou nas minhas escolhas, agradeço também por me fazer pensar de maneira ainda mais intensa no futuro ao me presentear com o pequeno Jonas, meu sobrinho amado.

À família que a vida me fez escolher, Rayanne, Analiene, Luan Kelwyny, Esaú e Nathálya, que me alegam os dias desde que nos conhecemos, aliviando o peso das responsabilidades que surgem ao longo dos anos.

Aos meus companheiros e companheiras do ônibus universitário de Vitória, que em meio à tantos contratempos criavam momentos de descontração, essenciais para suportar as longas viagens, em especial Aline, Tullio, Júnior e Erick que me proporcionaram momentos únicos.

Aos meus amigos e amigas da Universidade, pessoas especiais que me ensinaram a cada dia entre conversas sérias e tranquilas, em especial Elton, melhor parceiro que eu poderia ter na graduação, Flaviane, minha graciosa companheira de pesquisa, Emmanoel, amigo querido que tanto me acalentou com seus abraços e Allana, pela alegria, apoio e amizade durante os obstáculos.

Aos meus amigos Willams, Lukas e Carlindo que me acompanharam no decorrer do Programa Residência Pedagógica, onde juntos pudemos ser uma equipe comprometida e divertida, trazendo leveza para as experiências vividas.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco, pelo acolhimento e suporte que fizeram me sentir em casa mesmo nos dias que pareciam ser mais longos.

À minha querida orientadora Maria Emília, que trouxe mais sentido para meu caminho acadêmico, me deu conselhos que levarei para a vida e me inspira a cada dia. Obrigada pela paciência e compromisso, foi um prazer iniciar a vida no mundo das pesquisas sob sua orientação e incentivos.

Por fim, meu imenso agradecimento a todos que de alguma forma me ajudaram no percurso até aqui, professores, funcionários, colegas dentro e fora da universidade,

os quais mesmo não mencionados nestes parágrafos foram importantes em algum momento da vida.

Que essas palavras demonstrem pelo menos uma pequena parcela da gratidão que sinto por cada um, sou grata por ter encontrado vocês nesta etapa da minha vida que agora se finda. Espero ter o apoio de todos nas futuras fases e escolhas, que eu continue a ter o prazer de conviver com pessoas que me inspiram, para assim continuar construindo sonhos e saberes.

Oh! sim, poeta, liberdade e glória  
Toma por timbre, e viverás na  
história.

**Maria Firmina dos Reis**

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a participação feminina no movimento abolicionista na cidade do Recife, entre os anos de 1884 e 1888. Para isso, investigamos como o abolicionismo utilizou os espaços públicos afim de angariar a adesão de variados grupos sociais, alterando assim as formas de participação política. Com jornais da época e estudos historiográficos, analisamos como esse processo viabilizou a inserção de militantes femininas, enfatizando a relevância dessa participação nas associações criadas no contexto pós 25 de Março de 1884, data em que é consumada a abolição do trabalho escravo no Cerará. Na capital pernambucana destacamos, as atividades da sociedade feminina *Ave Libertas*, que foi criada e composta apenas por mulheres. Trouxemos aqui, alguns documentos deixados pelas associadas deste grupo feminino e publicações jornalísticas relacionadas às ativistas, os quais averiguamos com intuito de explicar as formas de atuação das militantes. A partir das análises desses registros, constatamos que o engajamento feminino proporcionou uma discussão maior acerca das aptidões políticas das mulheres do século XIX, quebrando assim regras sociais construídas pelas expectativas dos papéis de gênero. Diante disso, a investigação utiliza o gênero como categoria de análise histórica, além dos preceitos da História Social e da microanálise, observando através do conceito de experiência histórica, as características de diferentes grupos sociais e fazendo interpretações acerca das modificações sociais e históricas. Neste sentido, verificamos como as ativistas pela causa abolicionista colaboraram com o movimento social estudado, contribuindo de forma primordial para as mudanças políticas efetivadas no final do império.

**Palavras-chave:** Mulheres, Abolição, Pernambuco, Movimento Abolicionista, *Ave Libertas*.



## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the female participation in the abolitionist movement in the city of Recife, between the years 1884 and 1888. For this, we investigated how abolitionism used public spaces in order to attract the adhesion of various social groups, thus changing the forms political participation. With newspapers of the time and historiographical studies, we analyzed how this process made possible the insertion of female militants, emphasizing the relevance of this participation in the associations created in the context after March 25, 1884, when the abolition of slave labor in Ceará is consummated. In the capital of Pernambuco, we highlight the activities of the female society Ave Libertas, which was created and composed only by women. We brought here some documents left by the members of this female group and journalistic publications related to the activists, which we investigated in order to explain the ways in which the female activists act. From the analysis of these records, we found that female engagement provided a greater discussion about the political skills of women in the 19th century, thus breaking social rules constructed by the expectations of gender roles. Therefore, the investigation uses gender as a category of historical analysis, in addition to the precepts of Social History and microanalysis, observing through the concept of historical experience, the characteristics of different social groups and making interpretations about social and historical changes. In this sense, we verify how the activists for the abolitionist cause collaborated with the studied social movement, contributing in a primordial way to the political changes effected at the end of the empire.

**Keywords:** Women, Abolition, Pernambuco, Abolitionist Movement, Ave Libertas.

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - Fundação de sociedades abolicionistas no Ceará.....                          | 18 |
| Figura 2 – Solicitação de auxílio para espetáculo dramático entre sociedades..          | 20 |
| Figura 3 – Club abolicionista arrecada “esmolas” para compra de alforrias.....          | 21 |
| Figura 4 – Convite de senhoras para o início de uma associação feminina.....            | 27 |
| Figura 5 – Leonor Porto concede alforria a escravizado.....                             | 30 |
| Figura 6 – Relação de atividades realizadas durante sessão da <i>Ave Libertas</i> ..... | 31 |
| Figura 7 – Anúncio do segundo espetáculo da <i>Ave Libertas</i> .....                   | 34 |
| Figura 8 – Divulgação do festival abolicionista da <i>Ave Libertas</i> .....            | 35 |
| Figura 9 – Foto da segunda diretoria da sociedade <i>Ave Libertas</i> .....             | 38 |
| Figura 10 – Aprovação escolar de senhora abolicionista.....                             | 40 |
| Figura 11 – Festa de aniversário da <i>Ave Libertas</i> .....                           | 41 |

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO.....   | 11 |
| 1. O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO BRASIL E EM PERNAMBUCO.....       | 15 |
| 2. ATUAÇÃO DE MULHERES RECIFENSES NO MOVIMENTO ABOLICIONISTA..... | 25 |
| 3. A VOZ FEMININA ATIVA NO MOVIMENTO RECIFENSE.....               | 38 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                      | 45 |
| 5. REFERÊNCIAS.....   | 47 |
| 5.1 Acervo Digital.....   | 47 |
| 5.2 Bibliografia.....   | 47 |
| 6. ANEXOS.....  | 51 |
| 6.1 Anexo 1 – Capa do Jornal <i>Ave Libertas</i> .....            | 51 |

## INTRODUÇÃO

O movimento abolicionista se expandiu durante as últimas décadas do século XIX, para que isso ocorresse seu ativismo precisou driblar os obstáculos presentes na política brasileira. Em vista disso, seus participantes utilizaram ajustes, táticas e estratégias afim de alcançar os objetivos da mobilização, assim, trouxeram também modificações para conjuntura nacional. Ao apresentar uma proposta que estava em desacordo com as ideias dos escravistas que detinham o poder político e econômico, o abolicionismo conquistou grupos populares, aumentando a participação coletiva no sistema político formal, dessa maneira, remodelaram as formas de manifestação, trazendo à tona a opinião pública.

O debate político no final dos oitocentos teve como ponto central as lutas em favor da abolição do trabalho escravo e por mais que a elite tentasse evitar, a política estava presente em todos os aspectos sociais. As produções historiográficas também se esquivaram durante algum tempo, ocultando a participação mais diversa nas discussões sobre a emancipação da escravidão. Contudo nos últimos 30 anos, os estudos se mostraram atentos à diversidade angariada pela luta antiescravista, evidenciando a participação de mulheres, negros e escravizados.

Este trabalho tem como objetivo tornar visível outras faces do abolicionismo, destacando a participação de mulheres presente no movimento antiescravista da cidade do Recife, entre os anos de 1884 e 1888, mostrando como esse engajamento deu visibilidade para a capacidade feminina em participar das questões políticas. Entretanto, perdura na historiografia uma escrita que silencia a participação política feminina, o que é evidenciado pela historiadora Fabiana Macena (2015, p. 32) como um efeito da política de silenciamento, que enfatiza os espaços e discursos masculinos apagando da história as militantes femininas, em vista disso essa investigação pretende contrapor esse silenciamento trazendo um discurso soletrado no feminino.

As moças e senhoras que trataremos aqui quebraram barreiras, mesmo que atuando conforme as possibilidades dadas por uma sociedade patriarcal. Desse modo, expressaremos os significados de poder da época através do conceito de Gênero, como fundamenta Joan Scott (1995, p. 86), quando diz que podemos

observar os efeitos do gênero através de suas construções políticas. Nossa intenção é revisitar as trajetórias de mulheres abolicionistas através das experiências de resistência, luta e dos seus interesses, construídos mediante as tradições culturais, como nos indica alguns conceitos da História Social relativos aos estudos de E. P. Thompson. Destacamos o conceito da experiência histórica, que segundo o teórico é formador da consciência de classe e fator fundamental para o movimento dos processos históricos. (BERTUCCI; FARIA FILHO; OLIVERIA, 2010)

O marco inicial do nosso recorte temporal se dá em 1884 com o início da associação recifense *Ave Libertas*, que foi fundada e composta apenas por militantes femininas. A maioria das ativistas estudadas nesse trabalho eram sócias desta sociedade, que se tornou uma das maiores do movimento, ao conquistar um reconhecimento evidente nas discussões públicas da cidade do Recife. É importante destacar que a criação deste grupo provavelmente é resultado do sucesso do associativismo impulsionado pelo 25 de Março de 1884, quando a campanha de libertação de territórios mostrou resultados ao abolir completamente a escravidão da província Cearense, essa estratégia organizava grupos que convidavam os proprietários de escravos a libertar seus cativos. Atuando de forma gradativa pelos territórios, entre ruas, bairros e cidades.

A historiadora Angela Alonso (2015, p.135) relata a participação de grupos femininos nesse processo de persuasão, já que os líderes escolhiam uma cidade para ser liberta e determinavam “comissões de liberdade”, nelas atuavam homens e mulheres. Com isso, o engajamento de militantes femininas e de outros grupos excluídos da participação política formal ganhou força e começou a ser espalhado pelo movimento. Celso Castilho (2016, p. 106) afirma que uma quantidade considerável de novas sociedades floresceu no contexto pós 25 de março, foram as associações mistas e femininas que alimentaram a mobilização antiescravista.

Para encontrarmos vestígios de mulheres atuantes no abolicionismo pernambucano, iniciamos a pesquisa pelo processo de coleta de nomes femininos na obra do memorialista Pereira da Costa, intitulada “Pernambuco ao Ceará: o 25 de Março de 1884” (PEREIRA DA COSTA, 1884). Nesta publicação encontramos uma compilação de jornais em comemoração à libertação do Ceará, com listas de grupos, senhoras e famílias abolicionistas. Conseguimos listar mais de 100 nomes de mulheres, os quais usamos como palavras-chave nas investigações realizadas em

outros periódicos presentes no sistema da Biblioteca Nacional Digital.<sup>1</sup> Para este processo tivemos como base o método nominativo (ou onomástico), proposto por Carlo Ginzburg (1989), que orienta o investigador a manusear nomes de indivíduos como guias para a pesquisa histórica.<sup>2</sup>

Consideramos também a historiografia produzida sobre a temática, a maioria dos trabalhos encontrados discutem a participação feminina de maneira geral, os estudos que trazem o tema como objeto central são voltados para localidades específicas, como nas províncias de Minas gerais (MACENA, 2015), Amazonas (MENEZES, 2014), Rio de Janeiro (BARBOSA SILVA, 2014) e na cidade de Goiás (SANT'ANNA, 2006). Com relação à província de Pernambuco encontramos o texto da professora Ângela Grillo (2005), que traz um panorama geral com considerações acerca das mulheres recifenses que atuaram na sociedade *Ave Libertas*. Outra obra que auxiliou nossa pesquisa, foi organizada pela escritora Luzilá Gonçalves Ferreira (1999), a qual relata mulheres nordestinas que atuaram no movimento abolicionista. O livro apresenta um capítulo específico para mulheres pernambucanas, no qual a autora apresenta registros relevantes, como o regimento da sociedade feminina *Ave Libertas*, um jornal organizado pelas sócias do grupo e algumas transcrições de discursos proferidos por mulheres em conferências abolicionistas (Ibidem, p. 205, 211,217,225). Como podemos ver, as análises sobre a temática ainda são escassas, desse modo, esperamos que nossa pesquisa acrescente à historiografia quanto ao engajamento político feminino.

Com esse arcabouço de dados e estudos, buscaremos debater sobre as condições de ingresso das mulheres no movimento abolicionista, suas formas de atuação e possíveis diferenças com o ativismo masculino. De forma que possamos destrinchar as especificidades das atuações políticas femininas no final do império.

Assim sendo, organizamos este trabalho monográfico em capítulos da seguinte forma: O primeiro fazendo discussões historiográficas acerca da abolição e do

---

<sup>1</sup> O acervo nos dá acesso a jornais desde 1740 até os dias atuais e nos permite buscar por palavras-chave, localizando assim ocorrências com as expressões procuradas, que são organizadas por décadas, locais e periódicos. Podendo ser acessado em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<sup>2</sup> Para o teórico, o nome compõe uma espécie de teia, da qual é possível retirar uma “imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”, viabilizando também a reconstituição das trajetórias dos sujeitos. GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, cap. V, p. 169-178.

aboliconismo em Pernambuco, debatendo sobre as estratégias abolicionistas realizadas na cidade do Recife no final da década de 1880. No segundo capítulo, analisaremos a entrada de mulheres na luta antiescravista e como se formulavam as ações organizadas por essas ativistas. Abordaremos os eventos organizados pelas sócias da *Ave Libertas* e as repercussões sobre eles na imprensa local da época. Por fim, no terceiro capítulo faremos considerações sobre as contribuições femininas no movimento abolicionista, analisando alguns discursos proferidos pelas ativistas e textos escritos por elas. Assim, dissertaremos sobre os impactos sociais acometidos pela entrada de moças e senhoras no cenário político, observando como o engajamento dessas ativistas no movimento abolicionista abriu discussões acerca da participação política e pública de mulheres.

## 1. O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO BRASIL E EM PERNAMBUCO

As mobilizações pelo fim da escravidão brasileira na década de 1880 transformaram aspectos da organização política, essas mudanças ocorreram ao longo de um processo repleto de estratégias e novas ideias políticas orquestradas pelos participantes do movimento abolicionista. As contribuições históricas desse movimento são evidentes nos estudos sobre a História Política do Brasil.

As atuações e conquistas dos abolicionistas passaram a ser analisadas com mais afinco nos últimos 30 anos, entretanto os próprios ativistas já produziam obras afim de registrar suas impressões, lutas e ideias. A partir dessas produções algumas narrativas foram criadas, com enfoque em vários aspectos que compuseram a época abolicionista, todavia, a maior parte dos estudos privilegiavam homens políticos já bastante conhecidos.

Com isso nota-se a construção da historiografia do abolicionismo respaldada por omissões. Essa perspectiva produziu concepções equivocadas sobre a presença do engajamento de alguns grupos, como de escravizados, mulheres e classes inferiores. A participação feminina, por exemplo, esteve por muito tempo vinculada e descrita como um modelo de filantropia e causa humanitária, já que era a forma de muitas mulheres adentrarem nas causas políticas, entretanto a feminilidade era associada a sentimentos afetivos, aspecto que impediu que tratassem as mulheres como sujeitas pertencentes à cena pública, pondo dúvidas em suas aptidões políticas. Segundo Fabiana Macena (2015, p. 32), “Esse silêncio acerca da presença das mulheres na história é um dos efeitos da política de silenciamento que informa a escrita da história, discurso ainda soletrado no masculino.”

Essas interpretações precisam ser confrontadas, já que há indícios de participação feminina efetiva no movimento abolicionista em todo o país. Principalmente, mulheres livres que usaram os recursos e espaços disponíveis para elas a favor da liberdade dos cativos, assim como os homens. Evidentemente, pelas circunstâncias de uma sociedade com hierarquias patriarcais, haviam mais espaços para os homens envolverem-se nas discussões políticas, afinal o poder no século XIX era performado através da linguagem da masculinidade. (CASTILHO, 2016, p. 127)



Por essas razões, os homens abolicionistas alcançaram com mais facilidade caminhos para fazer conexões entre províncias e até mesmo com militantes internacionais. Como o pernambucano Joaquim Nabuco que tinha inspirações e amizades em outros países (ALONSO, 2015, p. 110-111). Diante disso, os representantes do movimento abolicionista colocaram esse ativismo em evidência no campo jurídico, social e cultural, intensificando ainda mais a rede antiescravista em todo o país.

Durante o império, a conjuntura social da província Pernambucana favorecia o contato intenso com as discussões políticas acerca do trabalho escravo, pois continha um grande número de escravizados, assim como de proprietários. Além disso, muitos abolicionistas iniciaram suas atuações de militância na cidade do Recife, devido à presença da Faculdade de Direito na capital.

Os estudantes de direito foram impulsionados a lutarem pela causa abolicionista, principalmente quando o abolicionismo iniciou uma fase jurídica. Entre o fim da década de 1860 e o início da década 1870, os parlamentares começaram a se posicionar e debater sobre uma possível construção da emancipação escrava por meio da Lei. (CASTILHO, 2016, p. 28.)

Começou assim, a aprovação dos fundos de emancipação e das primeiras leis gradualistas em favor dos escravizados, como a Lei do Ventre Livre que foi um divisor político na segunda metade do Século XIX. Celso Castilho diz que “a imprensa também destacou que a lei de 1871 marcou o início de uma nova era” (Ibidem, p.58). Este período seria relatado como uma nova fase da política brasileira com base na liberdade.

Os aspectos a pouco relatados favoreceram a inserção dos estudantes da Faculdade de Direito do Recife na mobilização abolicionista. Esses rapazes criavam associações entre os colegas, as quais eram normalmente designadas com os nomes das províncias de origem de seus membros, ou em homenagens à eventos e falecidos importantes para eles (Ibidem, p. 39). Essas sociedades se comprometiam em arrecadar fundos para comprar a liberdade e prestar auxílio advocatício aos escravizados em processos judiciais, buscando brechas nas leis vigentes. Assim se iniciava o associativismo em Pernambuco, fenômeno que se consolidou ao longo dos anos.

A pluralidade de origens dos estudantes da Faculdade de Direito deu força para a rede de ativismo nacional que o abolicionismo articulava. Na faculdade recifense a maioria dos alunos provinha do norte do país, principalmente de Pernambuco, Bahia, Maranhão e Ceará. Angela Alonso reforça que as faculdades eram polos nacionais e regionais, nas quais os moços absorviam os estilos de ativismo, transportando assim essas ideias em suas malas ao retornarem para suas províncias, movimentando o abolicionismo por todo o país (ALONSO, 2015, p. 74).

Com o passar dos anos, o movimento abolicionista objetivava angariar conquistas no meio parlamentar, entretanto o gabinete imperial estava envolto entre muitas conturbações. Visto que, os políticos eram pressionados por muitas opiniões, afinal os escravistas tinham muita influência na política brasileira e começaram a compor um contra movimento.

Assim, as associações não se tornariam exclusividade dos abolicionistas, logo os proprietários de escravos, ao se sentirem ameaçados por uma possível mudança social, reagiram organizando os “clubes da lavoura”, reação que interferiu bastante no progresso das ações parlamentares dos abolicionistas. Desse modo, se dinamizava as atuações políticas. Entretanto o movimento abolicionista, diferente do seu contra movimento, continha um repertório social abrangente que possibilitou mais conquistas através do associativismo, como a propaganda de massa (ALONSO, 2014, p. 122).

Com esses intermédios, os militantes antiescravistas foram em busca de apoio de outras classes da sociedade, não apenas para mostrar aos representantes e aos senhores da elite que a população apoiava o clamor pela liberdade dos escravizados, mas também para ir em busca da abolição por conta própria. Indo contra as decisões políticas, porém sem quebrar regras.

Em decorrência dessas ideias, alguns abolicionistas encabeçaram a campanha de libertação de territórios, que se iniciou pela província do Ceará. A estratégia em questão tinha como ponto central a persuasão de proprietários de escravizados, para incentiva-los a libertar seus cativos, por decisão própria sem nenhuma indenização. O movimento abolicionista utilizava junto a população um repertório moral com argumentos sobre compaixão e injustiça, o que conquistou muitas pessoas.

Para a libertação direta dos territórios, a criação de novas sociedades abolicionistas foi essencial, já que era preciso uma grande mobilização de pessoas

que dialogassem com os senhores de escravizados. O aumento de associações na província cearense é evidenciado nos registros da época:

Figura 1 – Fundação de sociedades abolicionistas no Ceará

**Ceará**

Datas até 12 de janeiro :

Entre o 1º e 10 de janeiro fundaram-se 11 sociedades abolicionistas, sendo 2 em Mecejana, 2 em Pacatuba, 3 na capital, 1 no Aracaty e 1 em Sore. Estava em vias de formação uma outra sociedade militar para o mesmo fim, promovendo sua incorporação os officiaes do 15º batalhão.

— No dia 1º celebrara-se no Acarape, a festa da redempção dos ultimos captivos desse municipio.

Occupando-se da festa disse a *Gazeta do Norte* de 5 :

« A grande sessão que teve lugar no dia 1º do corrente para a libertação dos ultimos escravos do heroico municipio do Acarape foi presidida pelo Sr. João Cordeiro, presidente da sociedade Cearense Libertadora.

« Entre outros oradores occuparam a tribuna e foram calorosamente applaudidos os Srs. José do Patrocínio, general Tiburcio, conselheiro José Liberato, Dr. Almino, Justiniano de Serpa, Dr. Frederico Borges, Martinho Rodrigues, Diocleciano de Menezes, João Cordeiro, Candido Jucá, Revd. Luiz Bezerra e Antonio Bezerra.

Fonte: *Diario de Pernambuco*, 17 de Janeiro de 1883, Número 13, p. 2.

Esta publicação de 1883, ilustra o empenho dos abolicionistas em libertar os territórios cearenses, no texto podemos ver a criação de 11 sociedades em apenas 10 dias, associações que espalhadas entre as cidades se empenhariam em livrar os territórios do trabalho escravo. Ao abolir o trabalho escravo nos municípios os ativistas celebravam a realização do objetivo com festividades que se tornavam eventos políticos. A nota disposta acima (figura 1) nos mostra o detalhamento de uma festa em homenagem à libertação do município de Acarape, o primeiro a ser libertado da escravidão. A celebração apresentava uma plateia calorosa que assistiu a discursos de alguns representantes abolicionistas em favor da liberdade de homens e mulheres escravizados. Os militantes presentes no evento tinham ocupações bem diversas eram militares, bacharéis em direito e até religiosos. E por fim, podemos destacar que fazia parte desse ritual em celebração da liberdade a entrega solene de cartas de alforria aos últimos cativos do município.

Gradativamente, os militantes conseguiam fazer com que fossem efetivadas a libertação de centenas de cativos entre os municípios do Ceará, culminando em sua libertação completa através da lei provincial de 25 de Março de 1884. Este evento trouxe notoriedade para as estratégias adotadas no Ceará, fazendo com que fossem reproduzidas em outras províncias, inclusive em Pernambuco. Celso Castilho traz uma relação do aumento de sociedades abolicionistas na província Pernambucana após o 25 de março, notando a criação de 7 grupos em 1884, os quais foram primordiais para as mudanças nos debates sobre a abolição (CASTILHO, 2016, p. 115-116). A sociedade feminina *Ave Libertas* estava entre essas associações, da qual trataremos com mais detalhes no próximo capítulo.

A campanha de porta-porta não teve tanto sucesso em Recife, como nos municípios cearenses, pois as duas províncias dispunham de circunstâncias sociais e econômicas diferentes. Assim sendo os abolicionistas pernambucanos reforçaram a realização de outras estratégias de libertação, como os eventos culturais para a arrecadação de fundos, afim de comprar as manumissões.

As conferências e festivais já eram estratégias adotadas desde os primórdios do movimento abolicionista. Na tentativa de efetivar uma manifestação pública em espaços fechados, os ativistas buscaram realizar conferências nos moldes estrangeiros. Entretanto, os movimentos emancipacionistas ingleses, estadunidenses e franceses tinham apoio das igrejas predominantes nesses espaços, o que não aconteceu com os abolicionistas brasileiros pois não tiveram apoio da Igreja Católica. Com as portas das igrejas fechadas os militantes antiescravistas abraçaram os teatros (ALONSO, 2015, p. 88).

Dessa maneira, os abolicionistas tiveram que moldar o movimento brasileiro, usaram a forma popular de entretenimento da época para colocar as ideias antiescravistas entre as sociabilidades da população. O espaço teatral possibilitou eventos variados, como as peças dramáticas, orquestras e festas, o que tornou as manifestações bastante atraentes para o público urbano. Para Alonso (2015, p. 99) “O uso das artes operou a deslegitimação do escravismo e a difusão do repertório moral abolicionista, a imagem da escravidão como ilegal, imoral, anacrônica.” Desse modo, as artes puderam ser usadas como instrumento de engajamento político, o papel dos artistas abolicionistas foi essencial neste processo (ALONSO, 2012, p. 103).

A cidade do Recife tinha alguns teatros públicos e privados que sediaram os eventos abolicionistas, o maior deles foi o Teatro Santa Isabel, o qual é encontrado em muitos anúncios jornalísticos como local dos espetáculos dramáticos organizados pelas sociedades. Para estruturar essas atrações os grupos ajudavam-se com doações de dinheiro e com trabalhos de organização antes e durante o evento. As associações mantinham um contato constante, preservando a unificação do movimento, esse apoio foi relevante para a conquista e agitação popular.

Figura 2 – Solicitação de auxílio para espetáculo dramático entre sociedades.

**Emancipadora Pernambucana.**— Esta sociedade abolicionista funcionou na quinta-feira, sob a presidência do nosso collega da *Gazeta de Noticias*, o Sr. Ribeiro da Silva.

Lida, foi approvada a acta anterior.

O 1º secretario o Sr. Ovidio Filho, deu conta do expediente constante de um officio do Gabinete de Leitura Instructiva e Recreativa Gamelleirense, convidando a sociedade á representar-se na festa anniversaria, o que scientificou ao orador da casa; outro do Sr. João Quintilio de Fontes Braga, em que pede o auxilio das associações abolicionistas para espectaculos dramaticos que se propõe representar em beneficio dos fundos emancipadores das sociedades abolicionistas.

O Sr. presidente no sentido de effectuar o espectaculo por um grupo de amadores em beneficio da sociedade, nomeou uma commissão com plenos poderes para promover os meios mais facéis e concernentes á realisação do mesmo.

Fonte: **Diario de Pernambuco**, 1 de Setembro de 1883, Número 201, p. 3.

A nota acima (figura 2) mostra uma das formas de contato e troca entre as sociedades antiescravistas, a publicação relata as atividades realizadas em uma sessão da Emancipadora Pernambucana, nessa reunião é feita uma solicitação do Senhor João Quintilio de Fontes Braga para auxiliar na realização de um espetáculo teatral a fim de arrecadar dinheiro para os fundos emancipacionistas de associações abolicionistas. O presidente da Emancipadora Pernambucana logo se propõe a ajudar, encarregando comissões para este feito. Esse registro evidencia um pouco da

dinâmica entre as associações pernambucanas para as organizações dos eventos, pautada em divisões de tarefas e ajuda mútua.

Os militantes de Pernambuco arrecadavam recursos para as ações de seus grupos utilizando vários meios. Afinal, precisavam de boas quantias para organizar os eventos e comprar as liberdades dos escravizados que contatavam as associações em busca de auxílio. Essas campanhas de manumissões, comprometiam os ativistas em realizar diversas ações para angariar fundos.

Para somar com o dinheiro que obtinham através dos ingressos dos festivais artísticos, eles organizavam também bazares e feiras. A coleta de recursos se dava de formas variadas, uma das possibilidades era a arrecadação livre. Esse tipo de contribuição ocorria a partir das doações realizadas entre apoiadores residentes da cidade. Um exemplo desse tipo de coleta pode ser observado na notícia disposta abaixo (Figura 3).

**Figura 3 – Club abolicionista arrecada “esmolas” para compra de alforrias.**

| Club Abolicionista. — A comissão nomeada por esta sociedade para angariar, na freguezia da Boa-Vista, esmolas para a alforria de escravos, obteve até o dia 26 do corrente o seguinte resultado: |         |
|--|---------|
| Brigadeiro Agostinho Marques de Sá   | 10\$000 |
| Antonio Pereira da Cunha   | 5\$000  |
| Tenente-coronel Jeronymo de Souza  |         |
| Leão   | 5\$000  |
| Dr. Joaquim José da Fonseca  | 5\$000  |
| Alheiro  | 5\$000  |
| M. L. e A. L.  | 5\$000  |
| D. Maria L. Vieira de Araujo   | 5\$000  |
| D. Luiza Florinda Pedrosa  | 5\$000  |
| S.   | 3\$000  |
| Dr. Alexandre Pereira do Carmo   | 2\$000  |

Fonte: **Diário de Pernambuco**, 28 de Setembro de 1883, Número 223, p. 3.

Esta publicação nos mostra os resultados de uma arrecadação orquestrada pelo Club Abolicionista, a estratégia se baseava em conseguir “esmolas”, de pessoas que provavelmente tinham posses e seriam favoráveis às ações e ideias abolicionistas, prática comum em organizações de eventos religiosos. Esses meios de atuação mostram como os grupos antiescravistas persistiram no trabalho em favor

dos escravizados, moldando suas atividades afim de encontrar novos métodos que trouxessem resultados, já que a situação política não era tão favorável à causa.

Os militantes do abolicionismo utilizaram a persuasão de massa, pois sabiam que era essencial introduzir na sociedade pernambucana o interesse pela causa da abolição, pois apenas com um grande número de adeptos eles conseguiriam legitimar suas atuações. Por isso o empenho em organizar as manifestações públicas. Um meio de alcançar um número maior de adeptos foi a realização de eventos em lugares públicos abertos, como ruas e praças. Os abolicionistas preparavam *meetings* políticos de diversas formas, como reuniões ao ar livre e passeatas com espírito bastante festivo. Com essas estratégias o abolicionismo politizou os espaços públicos, conscientizando a população sobre participação política e a agenda antiescravista.

As manifestações orais foram importantes para levar as ideias políticas à maioria da população que não era alfabetizada (ALONSO, 2015, p. 87), assim como as revistas ilustradas, mas além das linguagens não escritas os militantes estruturaram um proselitismo através de folhetos, manifestos, cartas abertas e poemas. Difundindo as ideias abolicionistas por todos os meios, estratégia pertinente em uma sociedade que tinha a imprensa como principal fonte de informação.

Todavia, os ativistas tiveram também que agir a partir de confrontação, algumas sociedades abolicionistas agiram também intermediados por meios ilegais. Como as fugas orientadas, as quais eram incentivadas, promovidas e auxiliadas por abolicionistas que acoitavam os fugitivos e planejavam o trajeto de fuga. Ação que mobilizou ainda mais os senhores de escravos na luta pela preservação do direito à propriedade.

No final da década de 1880, os abolicionistas acreditavam que a abolição da escravidão era inevitável, por isso as fugas eram apenas uma antecipação e validação das leis já assinadas. Levavam esse pensamento para os ambientes de convivência dos escravizados, difundindo suas ideias nos espaços públicos e até nas senzalas. Na tentativa de mostrar as possibilidades de buscar a liberdade através da legislação, ou incentivando as fugas (SANTOS, 2014, p. 66).

No Recife, a associação mais conhecida por essas ações de desobediência civil foi o Clube do Cupim. Grupo que embora tenha sido criado por homens, logo aceitou auxílio de mulheres abolicionistas até mesmo nos processos de fuga

(GRILLO, 2005, p. 9-10). O nome da associação faz alusão ao modo silencioso de roer como cupins a escravidão. Com essas características podemos considerar que os objetivos dos participantes desta sociedade eram enfrentar a resistência do trabalho escravo independente da forma que as situações necessitassem, inclusive com métodos ilegais, portanto, agiam de maneira silenciosa arriscando inclusive suas vidas (ALONSO, 2015, p. 211).

Para isso, o Clube do Cupim usou de muitos códigos, reuniões secretas e pseudônimos. Tinham planos arriscados, que pretendiam roubar e esconder os escravizados, criando rotas para transportar os fugitivos para territórios livres. Desse modo, trouxeram liberdade para muitos sujeitos. Alguns participantes dessas ações eram políticos influentes no movimento, como José Mariano Carneiro da Cunha e João Ramos.

Em uma comparação de resultados entre as estratégias adotadas pelas associações pernambucanas, Celso Castilho (2016, p. 170) contabilizou cerca de 3 mil escravizados que escaparam dos seus cativeiros, por intermédio do Clube do Cupim. Esse número diz respeito apenas aos registros dos anos de 1884 e 1885, portanto ele pode ser aumentado já que o grupo não apresenta dados à respeito dos anos posteriores, nos quais realizaram ações ainda mais intensas.

Como analisado, o movimento abolicionista em Pernambuco e no Brasil se estruturou com um vasto repertório de mobilização. Elencamos aqui algumas práticas, como as atividades institucionais, dispostas por ações judiciais e parlamentares, petições e pressão junto a autoridades públicas; práticas de manifestações públicas em espaços abertos e fechados, como nas passeatas, conferências e espetáculos teatrais; enfrentamento de normas civis, como denúncias na imprensa e a orientação de fugas ilegais; além das ações diretas, compostas pelas campanhas de libertação de territórios, arrecadação de fundos e compras de liberdade.

Essa composição segundo Angela Alonso (2014, p. 122) permite caracterizar o abolicionismo como o primeiro movimento social brasileiro, já que compõe uma rede de interações sociais em diferentes províncias do país. Os resultados dessa mobilização puderam ser vistos em vários âmbitos da sociedade, particularmente nas questões políticas. Na tentativa de acelerar o fim da escravidão o abolicionismo



fomentou uma participação política popular em massa (CASTILHO, 2016, p. 192). Assim abre-se espaço para uma pluralidade nas discussões políticas.

Nesse sentido, as mulheres encontram possibilidades de fazer parte de um movimento político. Em Recife, as moças e senhoras exercem uma militância que foi acolhida pela sociedade e trouxe novo fôlego para o movimento em Pernambuco, colocando em pauta a capacidade feminina em atuar politicamente. Nosso objetivo para os próximos capítulos é analisar os registros acerca da participação feminina no movimento abolicionista, tornando visível essa militância. Observaremos como as ativistas utilizaram o espaço por elas angariados e quais contribuições e resultados trouxeram para a luta antiescravista pernambucana.

## 2. ATUAÇÃO DE MULHERES RECIFENSES NO MOVIMENTO ABOLICIONISTA

A mobilização abolicionista se estruturou de maneira convidativa para grupos excluídos das discussões políticas, como as mulheres. Esse espaço se abriu principalmente com as organizações de eventos culturais em espaços públicos, não diretamente ligados à política, como as praças e os teatros.

Em alguns relatos podemos ver que os homens engajados no movimento incentivavam a participação das senhoras de elite, as quais estavam mais próximas daqueles que já compunham os eventos antiescravistas. O poeta Castro Alves, por exemplo, encoraja o engajamento feminino em uma declamação poética de uma das “Cartas às senhoras baianas”, ao retratar participações femininas relevantes na história, como das espartanas, Joana d’Arc e a própria mãe de Jesus, o poeta abolicionista diz: “Vós tendes, minhas senhoras, o dever e o direito de protestar e condenar nesta questão” (ALVES, 1871). Nessa ocasião Castro Alves destaca a importância do apoio das brasileiras para o avanço do movimento antiescravista no país. Segundo Angela Alonso (2015, p. 49) após esse chamado algumas mulheres da elite começaram a marcar presença nas solenidades.

Essa era uma das formas de aumentar a rede de ativismo nacional em favor da abolição, através de convites de sujeitos socialmente influentes, esses estímulos se faziam por meio das relações pessoais, profissionais e políticas (Ibidem, p. 243). Aqueles que detinham ideias harmoniosas acerca do fim da escravidão se uniam e combinavam suas ações com parentes e colegas. Do mesmo modo ocorreu com as mulheres, entretanto como elas não eram inseridas em ambientes institucionais elas não adentraram o movimento por blocos políticos.

Angela Alonso elenca três portas que possibilitaram a entrada de moças e senhoras no abolicionismo (Ibidem, p. 101), a primeira através de relações profissionais, para aquelas que atuavam em atividades artísticas, como cantoras, atrizes e instrumentistas. Nessas circunstâncias as mulheres mesmo casadas, separadas ou solteiras não possuíam as amarras das famílias patriarcais, pois não tinham concepções tradicionais sobre os costumes. A segunda possibilidade de inserção seria por meio da filantropia, já que na época do império as senhoras da elite poderiam se desprender dos serviços domésticos para se dedicar às causas

beneméritas. O terceiro caso seria entrar no movimento acompanhadas das figuras masculinas da família, junto de seus pais, irmãos e maridos.

A participação de mulheres nas conferências-concerto também foi bastante conveniente para os líderes do movimento abolicionista, pois essas cerimônias chegaram a sofrer ameaças de repressão, para superar essa intimidação os organizadores começaram a trocar os horários das apresentações, para iniciar após o almoço e aos finais das missas, possibilitando a presença de mulheres depois dos seus afazeres. Desse modo, as senhoras evitavam que as conferências fossem invadidas, servindo como um escudo. Nesse processo, essas iniciantes logo encontrariam outras ocupações, na organização e nas atrações das solenidades.

Na província Pernambucana, a escritora Luzilá Ferreira (1999) considera que a atuação de mulheres contra a escravidão se inicia pelas ações individuais de escravizadas em busca da própria liberdade e por mulheres que já tinha ideias abolicionistas antes do associativismo, as quais são denominadas como “Lutadoras solitárias” (FERREIRA, 1999, p. 24). Para isso, a autora analisa obtenções de liberdades registradas em jornais entre os séculos XVIII e XIX, as alforrias eram conquistadas pelas escravizadas ao conseguir o montante para a compra, feito que se alcançava com grandes dificuldades.

Uma Lutadora solitária que ganha destaque na obra de Luzilá é a sertaneja Ana Carolina de Souza Ferraz, ou simplesmente Mãe Naninha, que desde seus 19 anos, comprava escravizados para em seguida conceder liberdade a eles. Pela sua atuação e por apresentar parentescos importantes, Mãe Naninha se torna influente para os senhores do sertão do Pajeú, ajudando a eleger seu marido para vereador e prefeito da cidade de Floresta, além de auxiliar politicamente parentes e apadrinhados. Para combater o escravismo, Mãe Naninha, segundo Luzilá Ferreira, pregava os bons tratos e incentivou donos de fazendas a cumprir os decretos da Lei do Ventre Livre (Ibidem, p. 45).

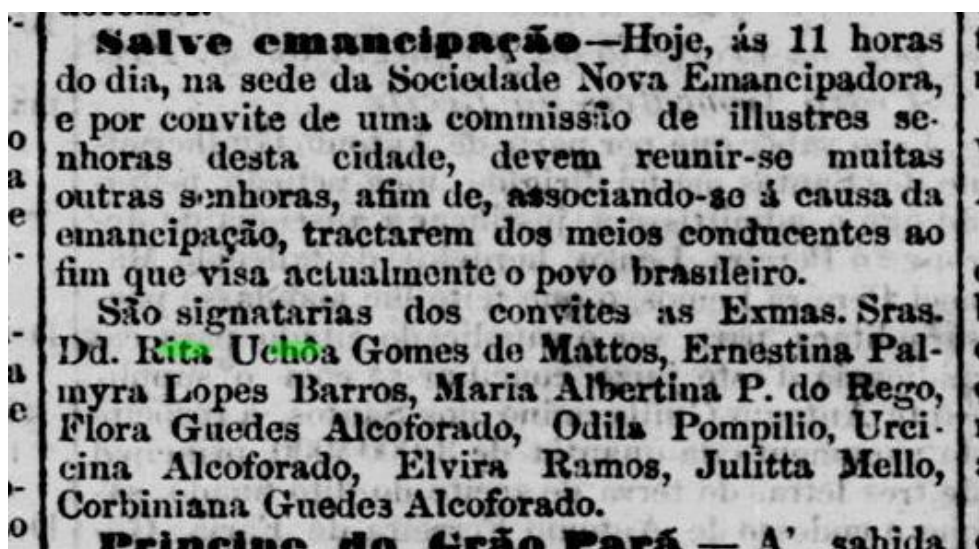
Segundo Celso Castilho (2016, p. 44) a primeira vez que os jornais recifenses registram a participação de mulheres em ações antiescravistas locais se dá no ano de 1870, quando retratam a organização de um concerto musical, pensado por estudantes da Faculdade de Direito para arrecadar fundos afim de comprar alforrias

para escravizados da cidade de Olinda. Antes disso, só são encontradas mulheres atuantes nas cidades de São Paulo e Santos.

Observamos o engajamento feminino presente em Pernambuco durante as últimas décadas do século XIX, com atuações realizadas a partir de meios institucionais ou não. Entretanto, se faz ainda mais notável o destaque de mulheres na campanha abolicionista através das associações. Principalmente com as sociedades criadas após a libertação do Ceará em 25 de Março de 1884.

Na década de 1880, as moças e senhoras são encontradas auxiliando grupos abolicionistas compostos por homens e mulheres, todavia esta participação no movimento consegue se concretizar de forma mais valorosa com a criação de uma associação feminina em 20 de Abril de 1884.

Figura 4 – Convite de senhoras para o início de uma associação feminina.



Fonte: *Diário de Pernambuco*, 20 de abril de 1884, Número 91, p. 3.

Nesta publicação anunciam que algumas senhoras organizaram uma reunião com a proposta de iniciar uma sociedade abolicionista para mulheres. Esse feito foi um avanço para a participação feminina na cidade do Recife, pois abriu portas para novas interessadas adentrarem na questão do abolicionismo, por meios institucionais. Para Castilho (2016, p. 118) a criação dessa sociedade pode ter influenciado outros

grupos masculinos a recrutarem oficialmente ativistas femininas, como o Club Martins Júnior.

Esta associação feminina é criada no período em que o número fundações de grupos abolicionistas cresceu, ações influenciadas pelas conquistas no Ceará. Além do contexto de sua criação podemos constatar essa influência nas escolhas de nomes, pois inicialmente essa sociedade feminina seria nomeada como “25 de março”, entretanto por haver outro grupo com este nome a escolha não foi possível, assim a associação feminina do Recife adotaria o nome de *Ave Libertas*.<sup>3</sup> Este nome era uma expressão muito utilizada entre os abolicionistas, o qual advém do Latim e carrega o significado de saudar a liberdade, podendo ser traduzido como “Salve a Liberdade”.

No primeiro momento, a participação feminina é relacionada a uma natureza caridosa, na qual as mulheres seriam influenciadoras do lar (CASTILHO, 2016, p. 99). Portanto, segundo alguns estudos as mulheres da *Ave Libertas* formariam o grupo para realizar causas de benevolência.

Todavia, a sociedade *Ave Libertas* organiza um regimento com aspectos muito mais próximos de atos políticos que caridosos:

Art. 1º- Fica criada no Recife uma associação abolicionista com a denominação de Sociedade *Ave Libertas*, cujos fins são:

§ 1º- Promover a libertação de todos os escravos do município do Recife por todos os meios lícitos e legais ao seu alcance.

§ 2º- Proteger a sorte dos mesmos, impetrando de seus senhores, por todos os meios brandos e suasórios, a cessação de maus tratos, castigos e torturas. (FERREIRA, 1999, p. 205.)

Como podemos ver, as sócias do grupo visavam auxiliar na libertação de todos escravizados do município do Recife, e não apenas em libertar crianças e mulheres, como a maioria dos grupos femininos criados em outras províncias. Nesses escritos constatamos a presença do repertório moral do abolicionismo, no qual se destacam os argumentos de justiça e compaixão, o que não implica dizer que o grupo estava

---

<sup>3</sup> Podemos ver a escolha de nomes em: **Diário de Pernambuco**, 6 de Maio de 1884, Revista Diária, Número 104, p.2.

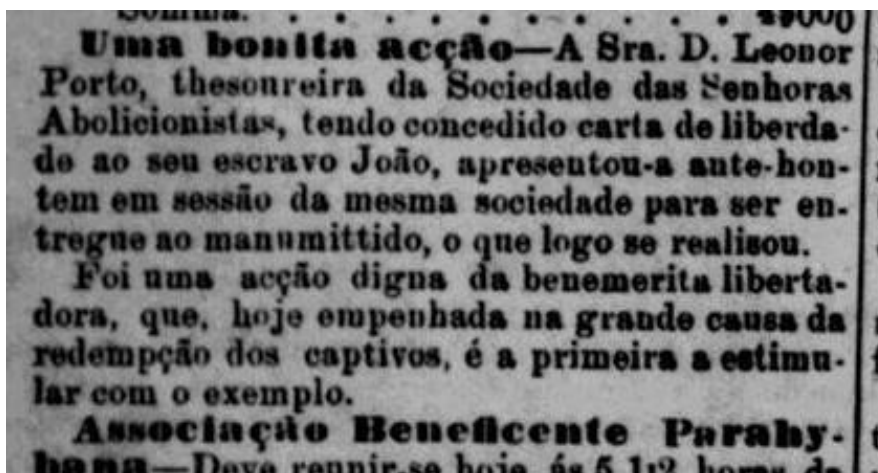
voltado a fazer caridades. Entretanto, as construções de gênero fizeram ecoar uma feminilidade respeitável, associando o papel das mulheres ao caráter afetivo (CASTILHO, 2016, p. 119).

Fica claro que a associação *Ave Libertas* escolhe meios legais para suas atividades, porém algumas de suas sócias auxiliaram as ações de desobediência civil do Club do cupim, já relatadas neste trabalho, principalmente cedendo suas casas como abrigo para fugitivos do cativeiro, antes de viajarem para seus destinos (GRILLO, 2005, p. 9-10). No entanto, as atividades encontradas que foram gestadas exclusivamente pela *Ave Libertas* estão resguardadas pela legalidade.

Essa atuação junto ao Club do Cupim é favorecida pelos parentescos entre os dois grupos, pois boa parte das senhoras da *Ave Libertas* eram esposas dos associados aos cupins. “Como podemos citar Odila Pompilio esposa de Numa Pompilio, Emília Cândida Ferreira Pinto esposa de Guilherme F. Pinto, Olegária Carneiro da Cunha esposa de José Mariano [...]” (Ibidem, p. 10). Essa última, de acordo com a memória construída pelos abolicionistas pernambucanos, transformou o palacete da família quase que em uma filial do Club do Cupim, não mediu esforços para abrigar e alimentar os fugitivos, chegando até a vender joias para comprar cartas de alforria, assim ganhou reconhecimento na sociedade, se popularizando como Dona Olegarinha (FERREIRA, 1999, p. 79).

Outra senhora que participou das atividades do Club do Cupim foi D. Leonor Porto, que por muito tempo exerceu o cargo de presidente da *Ave Libertas*, alguns estudos citam a ativista como parte da diretoria do Cupim, entretanto não se tem registros que confirme a função (GRILLO, 2005, p. 13). Esta senhora era modista, nome que se dava para as costureiras que replicavam os modelos parisienses, ganhou popularidade na capital pernambucana e recebeu muitas homenagens entre os abolicionistas. Logo após a abertura da sociedade feminina, Leonor libertou os escravizados que possuía, fazendo do ato um evento político (CASTILHO, 2016, p. 120.).

Figura 5 – Leonor Porto concede alforria a escravizado.



Fonte: **Jornal do Recife**, terça 6 de maio de 1884, Número 104, p. 2.

Na publicação acima, observamos a ação de Leonor Porto ainda como tesoureira interina do grupo feminino, libertando um escravizado de nome João. Quem escreve o anúncio tece elogios para o ato realizado e afirma que o feito se constitui como um estímulo. De fato, a ação era um exemplo, pois essa prática era recorrente entre os abolicionistas que ainda eram proprietários de escravizados. Com este evento D. Leonor inspirou outros indivíduos e trouxe visibilidade para a sociedade que se iniciava.

Ainda que no começo, o conhecimento sobre a associação *Ave Libertas* se espalhou rapidamente, Celso Castilho (2016, p. 120) relata que um senhor de escravos de nome Martinho Garcia de Araújo afirmou libertar 2 escravizados por se comover com o ativismo da sociedade feminina. A fama do grupo também alcançou os escravizados que muitas vezes solicitavam auxílio em busca da sua liberdade.

Figura 6 – Relação de atividades realizadas durante sessão da *Ave Libertas*.

sessão de seu 2º aniversário.  
 Dous requerimentos de duas escravas: uma pedindo dinheiro para sua liberdade, outra a quantia de 300\$ para alforria de 3 filhos seus.  
 Tendo comparecido uma comissão do Comício Litterario, a Sra Presidente nomeou uma comissão das Sras. Ds. Albertina Porto, Carlota Villela e Leonor Porto Filha para introduzila no recinto da sala das sessões. O Sr. João Frota, orador da comissão, felicita a *Ave Libertas* e oferece-lhe, em nome de sua sociedade, a quantia de 26\$340, arrecadada no dia da instalação desta, para auxilio da libertação de um escravo.  
 A Sra Presidente em nome de sua sociedade agradece a offerta que acabou de receber.  
 Foram considerados socios benfeitores os Illms. Srs. Commendador Henrique da Silva Ferreira, Manoel Carpinteiro Peres, e as Sras. DD. Leonor Porto e Josepha Campos Lima em attenção aos relevantes serviços prestados á sociedade e á emancipação dos escravos em geral

Fonte: *Jornal do Recife*, 15 Julho de 1884, 161, p. 2.

Ao analisar os requerimentos relatados em uma sessão da *Ave Libertas* (Figura 6), nos deparamos com a solicitação de duas escravizadas, uma pedindo ajuda financeira para compra da própria liberdade e outra para libertar seus 3 filhos. Essa situação reforça como o grupo de mulheres se tornou importante em diversos âmbitos da sociedade.

No mesmo anúncio podemos ver a nomeação de homens como sócios benfeitores, essa ação aparece com frequência nas publicações sobre a associação. Entretanto, os sócios benfeitores e honorários apenas recebiam o título como reconhecimento aos trabalhos prestados à causa da emancipação ou por fazer doações ao grupo, como disposto no estatuto da sociedade:

Art. 2º - São sócias as senhoras de família da cidade do Recife e seus subúrbios que se inscreverem em um livro adaptado da Sociedade ou que forem propostas pelas sócias efetivas.

Art. 3º - As sócias se dividirão em efetivas, honorárias e benfeitoras.

§ 1º - São efetivas todas compreendidas no artigo 2º.



§ 2º- São honorárias as que a Sociedade julgar dignas desse título por seus serviços prestados à causa de emancipação.

§ 3º- São benfeitoras as que fizerem donativos de uma ou mais libertação gratuita ou de um valor superior à quantia de 100\$000 de uma só vez.

§ 4º- As sócias honorárias e benfeitoras poderão ser de qualquer nacionalidade, sendo extensivos aos homens estes títulos. (FERREIRA, 1999, p. 205)

Sendo assim, os sócios benfeitores e honorários não atuavam diretamente nas ações do grupo, por isso era aceitável que homens recebessem esses títulos, por outro lado, o apoio de figuras masculinas pode ter sido atraído de maneira estratégica, afim de angariar respeito e proteção numa sociedade marcada pelo patriarcado.

Da mesma forma que são encontradas essas aprovações de indivíduos masculinos com títulos simbólicos, também nos deparamos com propostas de moças e senhoras para serem sócias efetivas da *Ave Libertas*, como posto no artigo 2º do seu regimento, o qual permite a indicação de outras associadas.

As sócias efetivas traziam nomes de colegas, amigas e parentes para serem também acolhidas e iniciarem suas atividades junto à sociedade. Visto isso, notamos que as militantes criaram uma teia de ativismo que expandiu o engajamento feminino na cidade do Recife, as mulheres se empenharam em angariar novas adeptas, chegando em 1887 com mais de 60 sócias (CASTILHO, 2016, p. 150).

Dentre elas, reconhecemos mães e filhas que atuaram juntas na *Ave Libertas*, as identificações foram constatadas a partir da obra de Pereira da Costa (1884) que contém algumas listas de famílias abolicionistas e também através de publicações em jornais com detalhes das vidas privadas das moças e senhoras. Destacamos aqui, D. Leonor Porto e suas duas filhas Adelaide e Albertina, que prestaram serviços nas comissões da associação feminina e tiveram seus parentescos identificados em uma nota de falecimento.<sup>4</sup> Encontramos também, a professora Maria Prisciliana Vilella e sua filha Carlota Vilella, que foi 2ª secretária da associação, constatamos o parentesco em um anúncio que relatava uma homenagem de despedida realizada por alunos,

---

<sup>4</sup> **Jornal do Recife**, terça 7 de Abril de 1931, Número 78, p. 2.

seus pais e o diretor de instituto, o qual a educadora iria se afastar em decorrência de uma transferência para outra escola.<sup>5</sup>

Os relatos jornalísticos sobre a primeira reunião da *Ave Libertas* informam que compareceram ao local mais de 15 senhoras, na sessão foi organizada uma diretoria interina assim formada: Como presidente a D. Odila Pompílio, como 1ª secretária a D. Isabel Mendes Peres, como 2ª secretária a D. Mª Albertina Pereira do Rego e como tesoureira D. Leonor Porto.<sup>6</sup>

No estatuto da sociedade é disposto as funções dos cargos que compõem a diretoria, sendo a presidente responsável por organizar reuniões, comissões e decisões financeiras, a vice-presidente seria sua substituta, a 1ª secretária deveria ser a relatora das sessões, publicar os anúncios e conservar o arquivo da associação, tarefas que seriam divididas com a 2ª secretária, por fim a tesoureira estava encarregada de controlar o livro-caixa, entradas e saídas financeiras, devendo apresentar registros trimestrais (FERREIRA, 1999, p. 206-207).

Este grupo de mulheres gerenciou a sociedade abolicionista até o mês de agosto de 1884, portanto, a gestão interina atuou por 4 meses. Apesar de pouco tempo, viveram um período intenso nos quais foram realizadas reuniões mensais e organizaram pelo menos 2 eventos no Teatro Santo Antônio, o segundo a pedido do público abolicionista que demonstrou apreço pela conferência inicial da *Ave Libertas*.

---

<sup>5</sup> **Jornal do Recife**, 25 de novembro de 1886, Número 271, p. 2.

<sup>6</sup> **Jornal do Recife**, 26 de Abril de 1884, Número 96, p. 2.

Figura 7 – Anúncio do segundo espetáculo da Ave Libertas.



Fonte: *Jornal do Recife*, 11 de julho de 1884, Número 158, p. 3.

Vemos que a sociedade cita “numerosos pedidos” para a repetição do drama, a ocorrência exemplifica como a *Ave Libertas* ganhou popularidade desde suas primeiras atividades. A dedicação e a respeitabilidade das senhoras da elite trouxeram a simpatia do público e conseqüentemente uma participação ativa dos ativistas da província.

Entretanto, a fama inicial também acarretou em um golpe, no qual homens disseram fazer parte de uma comissão da sociedade para conseguir doações em dinheiro, prontamente a secretária interina Maria Albertina Pereira do Rego, pôs um anúncio no jornal alertando a população e informando que apenas mulheres representavam a *Ave Libertas* em suas tarefas.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> *Jornal do Recife*, 21 de Maio de 1884, Número 117, p.2.

A eleição da diretoria definitiva ocorreu em 24 de agosto de 1884, após essa decisão planejaram a instalação da associação, a ser realizada em uma sessão extraordinária:

Figura 8 – Divulgação do festival abolicionista da *Ave Libertas*.



Fonte: *Diario de Pernambuco*, 6 de setembro de 1884, Número 206, p. 4.

Esta ocorrência traz o anúncio da sessão solene, realizada no dia 8 de setembro de 1884 no Teatro Santa Isabel, que foi palco de muitos eventos abolicionistas. No festival se efetivou a posse da nova diretoria, a qual ficou estabelecida como presidente D. Leonor Porto, vice-presidente a senhora Ernestina P. Lopes de Barros, 1ª e 2ª secretária as senhoras Odila Pompilio e Carlota Villela dos Santos e como tesoureira D. Flora Guedes Alcoforado, posteriormente substituída por D. Adelaide Porto.

A *Ave Libertas* promoveu atividades promissoras sob esta gestão, a presidente eleita Dona Leonor Porto, como já relatado aqui foi uma figura admirada entre os abolicionistas, inclusive é homenageada no segundo grande evento da sociedade (ver

na Figura 7). Além disso, a referida abolicionista oferece sua casa situada a Rua Larga do Rosário, nº 22, como local para as reuniões da associação (GRILLO, 2005, p.8).

Na divulgação da instalação da sociedade (Figura 8), observamos também que após a diretoria assumir a gestão, se iniciou uma sessão literária, espaço aberto para discursos entre os ativistas. Assim, o público assistia as atrações culturais, mas também escutavam as ideias abolicionistas, que se transformavam em verdadeiros comícios, dinâmica presente nas manifestações do movimento nacional.

Assim como outras associações, a *Ave Libertas* se utilizou de manifestações públicas em espaços fechados. Essas cerimônias com espírito festivo junto com outras atividades, como a campanha de libertar gradativamente as ruas do Recife, trouxeram importância para a campanha de manumissões, bem como visibilidade para o movimento na cidade do Recife (CASTILHO, 2016, p. 115).

A sociedade teve um importante papel na questão de atrair público para as atrações abolicionistas, além dos populares eventos nos teatros, encontramos uma manifestação realizada em um circo.<sup>8</sup> Nesta atração circense compareceu o presidente da província, os senhores José Mariano e Joaquim Nabuco, sujeitos políticos influentes para o abolicionismo pernambucano. Essas presenças nos indicam o quanto a *Ave Libertas* foi acolhida pelos militantes antiescravistas, reconhecimento político conquistado pelo grupo de mulheres a partir de seus feitos.

Além da visibilidade, a associação feminina trouxe conquistas concretas para o movimento, chegando a registrar entre 200 e 300 manumissões, promovidas com arrecadação monetária e ao negociar com senhores de escravos (Ibidem, p. 122). Utilizando das mesmas estratégias que outros grupos, as mulheres abolicionistas souberam extrair ao máximo o que suas ações poderiam alcançar. Desse modo, essas ativistas puderam auxiliar nas campanhas eleitorais de Joaquim Nabuco, como nos indica Alonso (2015, p. 186) ao relatar uma conferência organizada por elas em 1885, realizada com o intuito de dar espaço para Nabuco proferir seus discursos de campanha.

Os laços com Joaquim Nabuco são reforçados com os registros de uma visita à diretoria da *Ave Libertas*, no qual Angela Grillo (2005, p. 13) afirma que o espaço foi

---

<sup>8</sup> Anunciado em: **Jornal do Recife**, 8 de novembro de 1884, Número 258, p. 1.

escolhido como sede de sua palestra ao retornar para Pernambuco em 1885, episódio que certifica o prestígio da sociedade feminina. Outro aspecto que fortalece o reconhecimento do grupo feminino, é sua participação nas vendas de produtos abolicionistas, dentre eles destacamos um vinho que foi reproduzido com o selo de mesmo nome da sociedade (CASTILHO, 2016, p. 135).

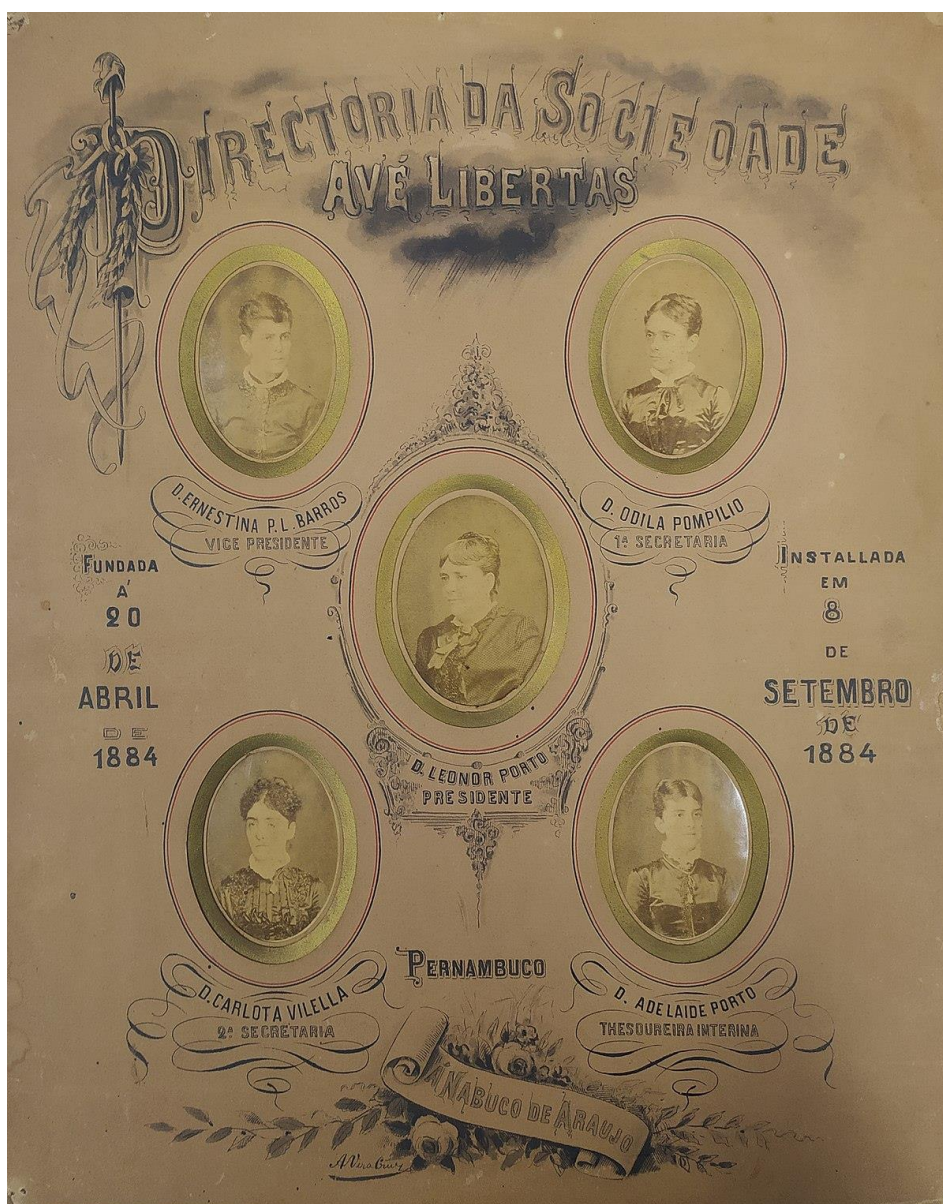
Com os dados recolhidos, podemos constatar que as mulheres abolicionistas recifenses conseguiram, através da associação *Ave Libertas*, praticar as estratégias mais frequentes do movimento. Assim como as sociedades masculinas e mistas, elas atuaram de forma institucional, em espaços públicos e obtiveram grandes conquistas com as campanhas de manumissões.

Esse engajamento fortaleceu a discussão sobre a aptidão feminina em atuar nas questões públicas, as moças e senhoras aqui relatadas, mesmo sem a intenção de lutar por direitos femininos, trouxeram espaço para que mulheres transmitissem suas próprias ideias. Evidenciamos conferencistas femininas, além de textos publicados pelas abolicionistas que exemplificam o destaque angariado por essas militantes.

### 3. A VOZ FEMININA ATIVA NO MOVIMENTO RECIFENSE

As mulheres que atuaram no movimento abolicionista de forma institucionalizada na cidade do Recife, são identificadas nos registros como senhoras de elite, mulheres de família e de estirpe. Essas designações nos indicam que as ativistas ocupavam classes altas da sociedade e mesmo que as referidas não tenham sido proprietárias de grandes patrimônios, provavelmente elas provinham de famílias importantes da província pernambucana.

Figura 9 – Foto da segunda diretoria da sociedade *Ave Libertas*.



Fonte: Imagem pertencente ao acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

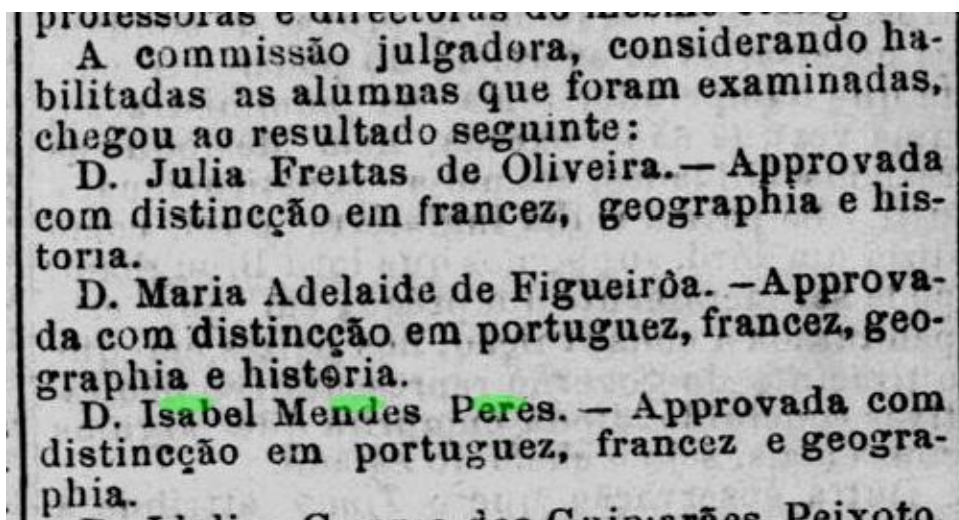
Ao analisar fotos das dirigentes da *Ave Libertas* (Figura 9), não notamos traços de mulheres negras, entretanto, os detalhes biográficos das moças e senhoras engajadas nesta militância são encontrados em menor quantidade, principalmente as damas ditas como respeitáveis, diferente daquelas que atuavam em funções artísticas. (ALONSO, 2015, p. 101). Até o presente momento não temos indícios para atestar a presença de mulheres de pele escura no movimento abolicionista institucionalizado no Recife. Por essas razões, Celso Castilho (2016, p. 132) afirma a necessidade de estudos historiográficos que conectem a participação de mulheres escravizadas e forras com as lutas antiescravistas.

O *status* da maioria das abolicionistas identificadas neste trabalho, favoreceu a instrução escolar das ativistas, já que na época a parte da população que tinha acesso à educação era pequena, recebiam o ensino aqueles que eram de boa posição social ou econômica. Além disso, as mulheres passaram a receber ensinamentos distanciados dos papéis de esposa e mãe apenas no final do século XIX. (NASCIMENTO; LUZ, 2012, p. 7)

O ambiente escolar não esteve blindado às movimentações políticas da época, estudantes e educadores foram influenciados pelas discussões antiescravistas que aconteciam na cidade do Recife. Há registros de discursos de professores e professoras que apoiavam o fim do cativeiro, os quais atuavam inclusive em associações abolicionistas, como a senhora Olympia Afra de Mendonça que foi sócia da *Ave Libertas* e diretora do Colégio Amor Divino, instituto voltado para o sexo masculino. Entretanto as publicações raramente eram vinculadas às instituições de ensino, provavelmente na pretensão de satisfazer tanto as famílias abolicionistas quanto as escravistas (CLEMENTE; SILVA, 2017).



Figura 10 – Aprovação escolar de senhora abolicionista



Fonte: *Diário de Pernambuco*, 4 de dezembro de 1880, Número 280 p. 2.

Assim como a publicação da coluna Revista Diária do Diário de Pernambuco, (Figura 10) logo acima, outras militantes foram encontradas em aprovações de colégios, o que reforça o acesso educacional recebido por algumas ativistas. A abolicionista da imagem trazida, Isabel Mendes Peres, assumiu o cargo de secretária interina da *Ave Liberta*s em 1884, no anúncio podemos ver sua aprovação em português, francês e geografia. Esta instrução amparou suas funções na secretaria da sociedade feminina, pois essa ocupação lidava com atas, correspondências e, inclusive as publicações públicas, atribuições que necessitavam de sujeitos escolarizados.

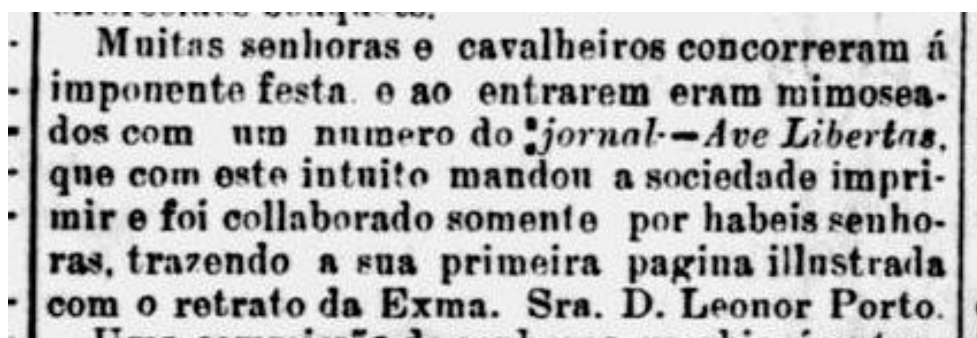
Essas condições possibilitaram que algumas mulheres atuassem como professoras, poetisas e musicistas, assim como viabilizou a participação delas em grupos literários, musicais e grêmios de educadores. Desse modo, as moças e senhoras começaram a manifestar também suas ideias de maneira escrita, a partir de jornais e revistas que abriam espaços para escritoras femininas.

Essa atuação na imprensa também esteve presente no ativismo abolicionista feminino, o qual Luzilá Ferreira (1999, p.57) denominou como “luta intelectual”. Localizamos duas edições jornalísticas que tiveram a colaboração das sócias efetivas da *Ave Liberta*s no ano de 1885.

O primeiro O Vinte e Cinco de Março: edição em favor dos escravos, é organizado em homenagem ao primeiro aniversário de libertação do trabalho escravo no Ceará. Constatamos a participação da sociedade feminina neste periódico a partir dos escritos de Luzilá Ferreira (1999, p. 90) que afirma a colaboração das ativistas ao assinar artigos e poemas que denunciam os males da escravidão e parabenizam a província cearense, junto com outros autores abolicionistas.

O segundo jornal foi organizado exclusivamente pelas associadas à *Ave Libertas* e ganhou o mesmo nome da sociedade, o folheto foi publicado em 8 de setembro de 1885, na data do primeiro aniversário da instalação do grupo.

Figura 11 – Festa de aniversário da Ave Libertas.



Fonte: *Jornal do Recife*, 10 de setembro de 1885, número 205, p.1.

Na publicação do *Jornal do Recife* (Figura 11) disposta acima, constatamos a distribuição do *Jornal Ave Libertas* durante a festa de aniversário da sociedade, realizada nos salões do Club Carlos Gomes. O folheto de edição única teve como capa uma imagem da presidente da associação<sup>9</sup> e pode ser encontrado no sistema da Biblioteca Nacional Digital ou também transcrito na obra organizada por Luzilá Ferreira (1999, p. 211). Estruturado em 4 páginas o periódico é composto por artigos assinados pelas abolicionistas, os quais dissertam sobre a escravidão, o abolicionismo, as mulheres adeptas à causa e as conquistas do grupo feminino.

<sup>9</sup> A imagem pode ser acessada no Anexo 1 do trabalho.

Na escrita das militantes é possível observar a consciência política delas, presente em denúncias acerca da escravidão e em relatos sobre as discussões do trabalho escravo no parlamento, como cita a senhora Ernestina Bastos, vejamos:

[...] E agora que no Parlamento Nacional deu-se à questão do elemento servil, uma solução retrógrada e que ainda seria muito atrasada e insuficiente se fosse dada mesmo há 50 anos antes; agora que com mudanças de situação política os espíritos estão em oscilação; é a nós, mulheres; a nós, americanas, a nós mães, filhas e esposas que compete não desanimar, trabalhar pelos escravos enxugar as lágrimas destes desprotegidos da fortuna, libertar a pátria [...] (FERREIRA, 1999, p. 212-213)

Esses relatos nos informam que as ativistas tinham contato com as decisões oficiais e as discutiam. Além disso, identificamos que as autoras retratam a importância do engajamento feminino no movimento abolicionista, como podemos ver no texto acima que tem como título “As Brasileiras”. Da mesma maneira, o texto da secretária Odila Pompilio também reforça a relevância da participação de mulheres, quando diz “A ninguém mais do que à mulher brasileira deve interessar a extinção do cativo na nossa pátria.” (Ibidem, p. 214)

O jornal é encerrado com um texto esperançoso da secretária Carlota Villela, que é identificada como oradora da *Ave Libertas* em alguns eventos.<sup>10</sup> Outra ilustre senhora que representou a associação em alguns festivais foi a professora Maria Amélia de Queiroz, que obteve uma vida pública admirada entre os militantes, encontramos anúncios afirmando que a educadora lecionava em colégios e casas particulares.<sup>11</sup> Além disso, localizamos a ativista atuando em uma escola primária gratuita para meninos libertos, o que evidencia sua preocupação com a inclusão social das crianças ex-escravizadas.<sup>12</sup>

O evento que teve como destaque um dos discursos da Maria Amélia, foi a conferência realizada em 25 de setembro de 1887 no Teatro Variedades, momento de mobilizações para as campanhas eleitorais. Nos períodos de votação os líderes abolicionistas escolhiam o debate público como estratégia primordial e mesmo que a

---

<sup>10</sup> **Diário de Pernambuco**, março de 1886, número 70, p. 4.

<sup>11</sup> **Diário de Pernambuco**, 13 de novembro de 1889, número 258, p. 4.

<sup>12</sup> **Diário de Pernambuco**, 27 de maio de 1888, número 120, p. 2.

maioria dos participantes não fossem votantes, os eventos ganhavam notoriedade, assim os militantes intencionavam influenciar os votos nas urnas com o que a opinião pública mostrava defender, o movimento concentrava suas práticas em torno dessas disputas pois as escolhas traziam repercussões no futuro da questão da escravidão (SOUZA, 2016).

Nas palavras que Maria Amélia proferiu durante a conferência de 1887, houveram denúncias sobre a relação entre a escravidão e a ordem política, para ela o tema já estaria esgotado entre os presentes, trazendo assim um histórico sobre a servidão no mundo, desde os romanos na antiguidade até o Brasil oitocentista.

Até ontem víamos no Brasil (que é o único país que tem os escravos), sem a menor alteração do sentimento público contra essa contagiosa moléstia, o mais profundo silêncio. A influência e interesse dos traficantes dinheirocratas, que se julgam eternamente senhores, faziam com que os dois extremos de individualismo e socialismo evitassem a igualdade dos direitos sagrados e naturais do homem. (FERREIRA, 1999, p. 220.)

Nesse trecho, a conferencista se mostra atenta ao processo histórico em que vivia o Brasil, denunciando aos homens e mulheres presentes o poder da elite escravocrata que lutava para manter a instituição da escravidão. Em seguida, Maria Amélia exalta a importância das ideias abolicionistas e cita Montesquieu para denunciar o apoio religioso à falsa moral da escravidão (Ibidem). Destacamos seus pensamentos respaldados em teóricos e filósofos importantes, fator que assevera sua alta condição cultural.

Em seu discurso, a professora ainda relata a Lei que tentou impedir o tráfico em 1831 e a do ventre livre em 1871, enfatizando a importância de continuar lutando pela liberdade dos escravizados.

Antes de encerrar, Maria Amélia de Queiroz se dirige às mulheres da tribuna:

É a vós, delicadas pernambucanas, imerecidamente concedida a minha curta e obscura inteligência, tomo a liberdade de falar.

Eu venho nesta ocasião oportuna protestamos solenemente contra a inércia, indiferentismo e desânimo em que até hoje tem vivido a mulher infelizmente no Brasil.

É preciso, minhas amáveis patrícias, que a mulher se convença de uma vez para sempre, que já é tempo de levantar um brado de indignação contra o passado ignominioso de tantas raças malditas.

A mulher também é capaz de grandes e altos cometimentos. (Ibidem, p. 223.)

Dessa maneira, a oradora incentiva a participação política das mulheres, suas palavras se tornaram representativas, afinal o espaço ocupado por ela na conferência era antes de tudo estimulante para outras moças e senhoras. A tribuna era um espaço majoritariamente masculino que vinha sendo disputado e ocupado pelas mulheres alinhadas ao movimento abolicionista para tratar de temas que não estavam intimamente vinculados aos afazeres domésticos e ao cuidado com a família. Para Celso Castilho (2016, p. 150.) essa palestra demonstrou como o engajamento antiescravista de Maria Amélia era veículo para seu empoderamento feminino.

Outras mulheres, inclusive professoras, tiveram produção relevante para o abolicionismo, como Ignez de Almeida Pessoa, que escreveu diversas poesias, colaborava com jornais da época e fundou seu próprio periódico intitulado “A Cidadã”, que apresenta artigos sobre a escravidão. A jornalista e poetisa também criou junto com seu esposo Amaro pessoa o Club Frei Caneca, grupo de cunho republicano (FERREIRA, 1999, p. 57). Assim como, a maranhense Maria Firmina dos Reis, escritora negra, que escreveu em 1859 o primeiro romance abolicionista do Brasil com o título “Úrsula”.

A participação de mulheres como oradoras em grandes eventos e autoras de textos politicamente relevantes, reforçam que as militantes femininas puderam contribuir com o movimento também através do ativismo intelectual.

As ativistas tinham suas próprias ideias e com voz ativa puderam manifestar para a população. Portanto, mesmo que as mulheres abolicionistas não se empenharam em lutar por direitos femininos, como os movimentos sufragistas e feministas, elas desafiaram códigos normativos, abrindo espaço para discussões acerca da participação de mulheres no espectro político daquela sociedade fortemente patriarcal.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de nosso estudo percebemos como o movimento abolicionista se estruturou na capital pernambucana, se alinhando na rede de ativismo nacional organizada por líderes masculinos nas principais províncias. A mobilização que inicialmente se fechava aos que participavam das decisões governamentais, pôde se expandir com a coordenação de eventos abolicionistas nos espaços públicos, principalmente nos teatros.

As conferências ampliaram a participação pública, ao levar as ideias antiescravistas para grupos que anteriormente eram desinteressados pelas causas políticas. Dessa maneira, as mulheres começaram a ser inseridas no movimento e aos poucos foram assumindo papéis importantes na mobilização abolicionista.

Notamos que o processo de libertação do Ceará, concretizado em 25 de Março de 1884, trouxe êxito para o associativismo, fenômeno que ocasionou ainda mais espaço para atuação pública de moças e senhoras. No Recife, destacou-se a sociedade feminina *Ave Libertas*, fundada em 1884, este grupo foi analisado em nossa pesquisa, onde pudemos evidenciar o engajamento de mulheres de maneira ativa, as quais não se contiveram por trás das organizações de eventos ou doações. Dentre elas, se sobressaíram as senhoras Leonor Porto e Maria Amélia de Queiroz, que ganharam diversas homenagens, inclusive após 1888.

Constatamos atividades semelhantes entre os grupos mistos, masculinos e femininos. As ativistas recifenses utilizaram estratégias adotadas por todo o movimento, como as manifestações públicas, campanhas de libertação de territórios e de manumissões, além de auxiliar as fugas organizadas pelo Club do Cupim.

Observamos que as militantes foram acolhidas pela população e pelos líderes abolicionistas, reconhecimento dado graças as conquistas por elas angariadas. O grupo feminino trouxe visibilidade para o movimento na província de Pernambuco e conseguiu libertar centenas de escravizados da capital. Foram analisados também, discursos e textos assinados por mulheres engajadas, os quais evidenciaram a voz ativa feminina que com suas próprias ideias deram apoio necessário para o movimento abolicionista.

As informações encontradas mostram que assim como os homens, as mulheres foram fundamentais para a organização antiescravista, já que assim como os militantes masculinos as ativistas comandaram associações e auxiliaram nas decisões públicas. Desse modo, constatamos a importância das ações femininas para as mudanças políticas do final do século XIX.

Por essas razões, esse trabalho objetiva descontinuar o silenciamento presente na historiografia, ressaltando que o engajamento de mulheres abolicionistas precisa ser enfatizado nos estudos científicos sobre o abolicionismo, afinal é evidente que a participação feminina foi essencial para as conquistas abolicionistas que ocorreram na província pernambucana nos finais do império.

## 5. REFERÊNCIAS

### 5.1. Acervo Digital

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

### 5.2. Bibliografia

ALONSO, A. Associativismo avant la lettre – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 166-169, set./dez, 2011.

ALONSO, A. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, A. O abolicionismo como movimento social. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 100, p. 115-137, nov. 2014.

ALVES, Castro. Cartas às senhoras baianas, **O Abolicionista**, publicação quinzenal da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, Bahia, série 1, n. 4, 30 abr. 1871.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa - Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Edward Thompson: história e formação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravidão e Abolição no Brasil**: novas perspectivas. Rio de Janeiro, 1988.

CASTILHO, Celso Thomas. **Abolitionism Matters: The politics of antislavery in Pernambuco, Brasil, 1869 – 1888**. Tese de Doutorado da University of California, Berkeley, 2008.

CASTILHO, Celso Thomas. **Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship**. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2016.



CASTILHO, Celso.; COWLING, Camillia. Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil. **Afro-Ásia**, Bahia, n. 47, p. 161-197, 2013.

CLEMENTE, J. S. ; SILVA, Adriana Maria Paulo . Docência e Abolicionismo no Recife da última década da escravidão. In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). **Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Farperj; 7 Letras, 2017.

COSTA, Manuela Areias. **O "Maestro da Abolição" no Recôncavo baiano: abolicionismo e memória nas músicas e crônicas de Manuel Tranquilino Bastos (Cachoeira - BA, 1884-1920)**. 2016. Tese (Doutorado em História Comparada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves; ALVES, Ivia; FONTES, Nancy Rita; SALGUES, Luciana; VASCONCELOS, Iris; SOUZA, Silva Vieira de. **Suaves Amazonas: mulheres e abolição da escravatura no Nordeste**. Recife: Editora da UFPE, 1999.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GRILLO, M. Ângela de F. **Ave Libertas: o movimento abolicionista feminino de Pernambuco**. In: Anais do I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina. Salvador, 2005.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MACENA, Fabiana Francisca. **Outras faces do abolicionismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo de mulheres (1850-1888)**. Tese de doutorado em História, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

MACHADO, Humberto. **Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888**. Tese (Doutorado em História) FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

MENEZES, Bianca Sotero de. **As Mulheres e o Movimento Abolicionista no Amazonas Provincial**. VII Simpósio Nacional de História Cultural, História Cultural: Escritas, Circulação, Leituras e Recepções, USP: São Paulo, 10 e 14 de Novembro de 2014.

NASCIMENTO, Alcileide C.; LUZ, Noemia M. de Oliveira . **Liberdade, Transgressão e Trabalho**: o cotidiano das mulheres na cidade do Recife (1870-1914). Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 25, n. 1 - Jan./Jun. 2012.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Vol II, Diários do Recife –1829/1900. Imprensa Universitária – UFPE, 1966.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Pernambuco ao Ceará**: O dia 25 de Março de 1884. Recife, Typographia Central, 1884. Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco - Obras Raras

SANT'ANNA, Thiago. “Noites abolicionistas”: As mulheres encenam o teatro e abusam do piano na cidade de goiás (1870-1888). **OPIS: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais**.

SANTOS, Maria Emilia Vasconcelos dos. Antes do 13 de maio: o 25 de março no Ceará e o movimento abolicionista em Pernambuco. **Afro-Ásia**, Bahia, n. 53, p. 149-183, 2016.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio**: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893). Tese de doutorado em História, Universidade estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. **SOS: Corpo e Cidadania**. Recife, 1990.

SILVA, Leonardo Dantas. **A Abolição em Pernambuco**. Recife: Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

SILVA, Wladimir Barbosa. **Escravidão, Imprensa e Sociedade**: O Protagonismo Feminino na Campanha Abolicionista. Dissertação de Mestrado. Cefet-RJ, 2014.

SOUZA, Felipe Azevedo e. **A participação política das classes populares em três movimentos**, Recife (c. 1880 – c. 1900). Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.

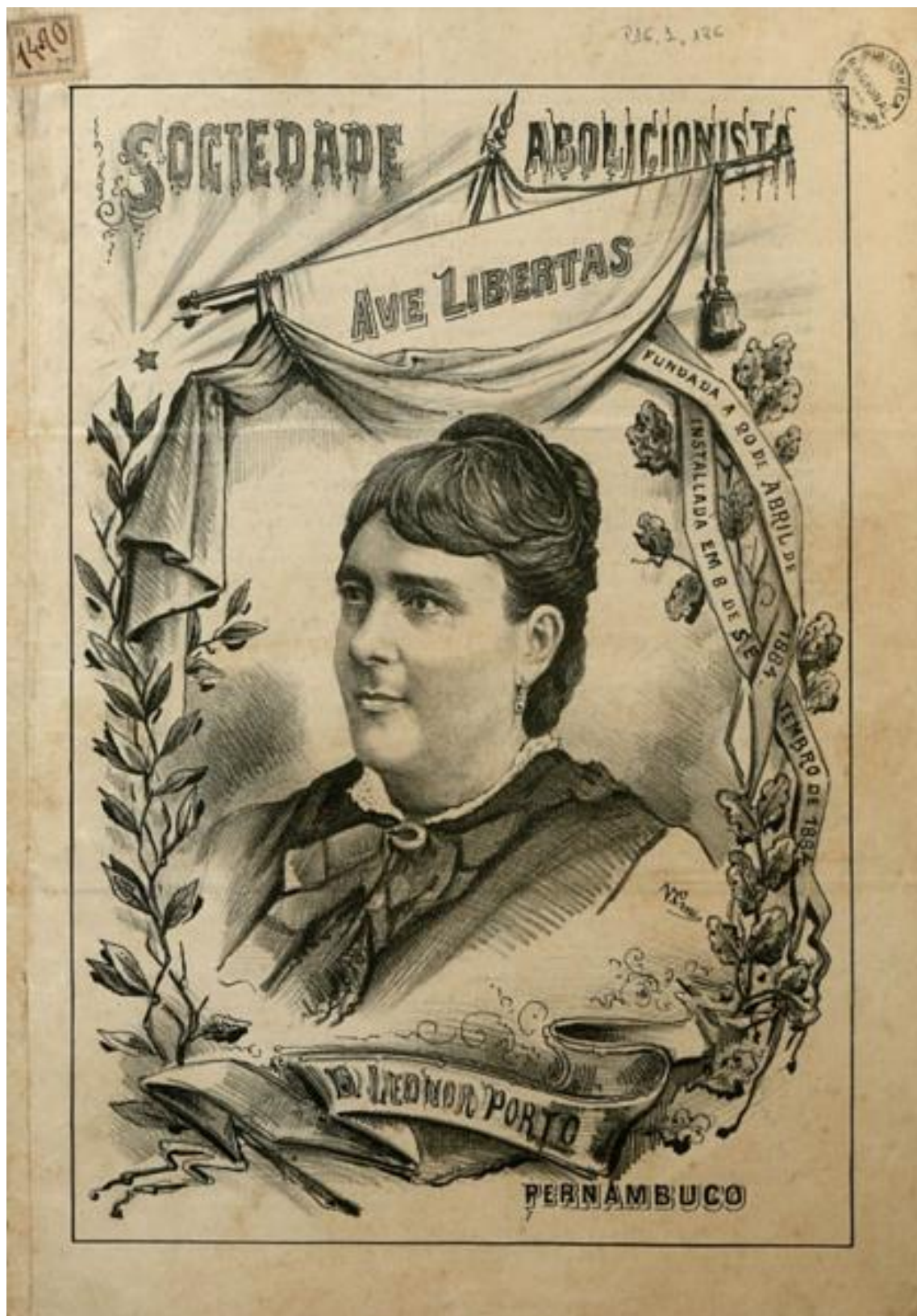
SOUZA, Felipe Azevedo. De repente “povo”: maneiras de pensar a participação política a partir da campanha abolicionista de 1884. **Clio**. Série História do Nordeste (UFPE), v. 34, p. 26-51, 2016.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** – Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

## 6. ANEXOS

## 6.1. ANEXO 1 – Capa do Jornal Ave Libertas



Fonte: **Jornal Ave Libertas**, Edição única, Recife, 8 de Setembro de 1885.